ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 1º-3-2017.

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezoito horas e quarenta e oito minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, André Carús, Cassio Trogildo, Clàudio Janta, Comandante Nádia, José Freitas, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Fernanda Melchionna, Luciano Marcantônio, Paulinho Motorista, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Adriano Naves de Brito, Secretário Municipal de Educação, para considerações finais acerca do tema tratado em seu pronunciamento durante a Décima Primeira Sessão Ordinária. Às dezenove horas e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Adriano Naves de Brito está com a palavra para as considerações finais.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Muito obrigado, Cassio. Queria agradecer esta Casa e os que aqui estiveram nesta tarde pela discussão que, em todos os sentidos, foi profícua. Eu espero que a gente, de fato, continue a fazer esse tipo de discussão, pois a educação precisa e só vai se beneficiar disso. Eu gostaria de começar acalmando, seja a situação, seja a oposição, com respeito ao clamor que mais se ouviu aqui, que foi o clamor por diálogo. Talvez nós não tenhamos conseguido comunicar suficientemente o que nós estamos trazendo, então, há uma confusão que precisa ser esclarecida de pronto, e uma distinção que precisa ser feita para entendermos o que é que, de fato, nós estamos discutindo.

O decreto que aqui se pede que seja revogado não é um decreto que organiza a rotina da escola, o decreto nada tem a ver com a rotina da escola. O decreto organiza o tempo de serviço do professor com a Prefeitura, a prestação do serviço do professor com a Prefeitura. Esse decreto, ele diz, entre outras coisas – ou dizia, entre outras coisas –, que o professor tinha, no máximo, 15 aulas de 50 minutos. Isso perfazia um total de, no máximo, 12 horas e 30 minutos em sala de aula, por semana, para os professores. Ele regulamentava também os tempos para o planejamento, sendo 2 horas para o planejamento individual, e o restante para o planejamento conjunto na escola, além das horas de formação, incluídas nessas cinco horas e meia. Nós estamos falando, então, de uma rede na qual 57% do tempo do professor estava dedicado à sala de aula,

docência efetiva, e algo como 42% em planejamento; talvez 43% e 56%. Então, esse decreto nada dizia sobre o modo como as escolas organizam, distribuem a sua carga horária, organizam o seu calendário escolar, nada disso estava regido no decreto. Mas o decreto, como ele regulamentava o número máximo de aulas e regulamentava o período de 50 minutos, esse decreto, se nós apresentássemos as diretrizes para o calendário escolar, estaríamos num contra-apelo à legislação, por isso ele não podia ser mantido. Então, revogamos o decreto. E o que colocamos no lugar do decreto? Exatamente, nós não colocamos nada. Isso significa que nós, em momento algum, fechamos as portas para conversar. Eu apresentei, na quarta-feira passada, para a ATEMPA e o Sindicado dos Municipários essa mesma questão. Nós nos reunimos na quarta-feira, logo em seguida a conversa que tive com os diretores e apresentei exatamente essa mesma argumentação, eu disse: "O que nós colocamos no lugar do decreto?" Absolutamente nada. Significa que o diálogo está aberto porque não há nada que tenhamos colocado via decreto a não ser a revogação de um decreto que abre a possibilidade de construirmos aquilo que for necessário à relação funcional do professor com a rede. Não vamos confundir isso com a organização da rotina escolar. Nós, então, temos um decreto que foi revogado, nada foi colocado no lugar, e qual a situação hoje segundo a organização da rotina escolar que estamos propondo? Nós mexemos em 15 minutos daquilo que estava proposto naquele decreto. Se é isso que vamos discutir, estamos dispostos a discutir. Se são 15 minutos ou 3 minutos por dia hão de pesar e vamos discutir. Antes mesmo de nós começarmos e apresentarmos essa proposta, essas diretrizes de organização do calendário escolar para os diretores, nós tínhamos uma agenda com o Simpa no dia 7 de março. Essa agenda continua mantida e pode se estender em várias outras reuniões em que vamos discutir a questão funcional. Não vamos confundir a questão funcional com a organização da rotina escolar. A organização da rotina escolar precisa ser discutida em que espaço? No espaço da escola. Como é que se organiza e como é que se discute essa agenda com a escola? Apresentando um dos atores desse conjunto de atores, que é o gestor, que apresenta as diretrizes, manda para os colégios, que têm que se organizar. E essa discussão apenas começou, e começou como tem de começar, com uma proposição nossa sobre como se deve organizar a rotina escolar. A rotina escolar rebate, obviamente, em algum momento, na vida funcional do professor. No nosso caso, nós, desde o início, dissemos qual foi essa consequência: essa consequência são 15 minutos, e são esses 15 minutos que estão em discussão.

Então quero dizer para vocês o seguinte: nós nunca fechamos as portas, nós não baixamos um decreto que organizou a rotina escolar. Não é por aí que se faz. Nós revogamos um decreto que organiza a vida funcional dos professores, não colocamos nada no lugar, não fomos autoritários em fazer isso, estamos abertos para conversar e vamos conversar em duas frentes, e isso é muito importante que se entenda. Nós temos que conversar na frente funcional, isso com os sindicatos, e nós temos que discutir a organização da rotina escolar, e isso é com as escolas. Nós nos colocamos em aberto para que cada uma das escolas possa nos receber, nós entregamos um calendário de reuniões com as escolas para que elas viessem conversar conosco. Nós podemos ir às

escolas, sim, estou disposto a ir às 56 escolas que atendem o ensino fundamental para fazer essa discussão, que é a discussão do calendário escolar, é a rotina da escola, que precisa ser aprovada, no final das contas, pelo conselho da escola, que é composto por pais, por alunos, por diretores, professores e funcionários. O processo de discussão começou com a nossa apresentação. Agora, nesse processo, nós também temos voz – o gestor também tem voz e responsabilidade. Ninguém pode dar o tom sozinho. Nós não queremos dar o tom, mas também não queremos ficar sem dizer nada a respeito do que nós enxergamos e vimos. Então, neste processo, todos têm que ter voz. Nós abrimos o processo do modo como deve ser aberto, com um tempo para se realizar, o que pode variar – respondendo a algumas das perguntas que me fizeram -, de acordo com os tempos da própria escola, mas, ele não pode avançar se as escolas não discutirem a sua reorganização e apresentarem à Secretaria quais são as suas demandas. Nós temos consciência que há demandas que podem ser geradas por essa reorganização, precisamos ouvi-las, mas não temos como saber quais são essas demandas – aqui faço um mea-culpa, embora esteja apenas há 60 dias na Secretaria – pois nos faltam informações precisas sobre distribuição de recursos humanos; por isso precisamos que os colegas, as escolas façam essa discussão e nos tragam para podermos identificá-las. Esse é o processo, não há outro, para o qual estamos preparados para fazer.

Se as escolas não fizerem a discussão, como ficou óbvio, em todas intervenções, nenhuma escola é exatamente igual à outra. Com a falta de informações acumuladas no sistema, o que esperamos resolver ao longo do tempo, nós precisamos da informação dos colegas para que a gente possa discutir vários temas que foram levantados aqui que são os detalhes da organização da rotina. Não obstante isso, a rotina escolar precisa de uma reorganização; nós temos as diretrizes que apresentamos, que têm serem customizadas para cada escola, o que não pode ser feito sem a participação dos colegas. Digo isso para tranquilizar a todos: não estamos, em nenhum momento se terminou qualquer diálogo; nós abrimos o diálogo, estamos com as duas portas abertas. Eu ainda não recebi do sindicato nenhuma proposição concreta no sentido de dizer o que exatamente a reorganização da escola afeta tão dramaticamente a vida funcional que exige um movimento de tamanha reação? Por outro lado, queremos discutir a organização do calendário. Isso tem que ser feito com as escolas, no tempo que conseguirmos fazer. Será feito no tempo em que as escolas puderem conversar conosco. Lamentavelmente nesses primeiros dias não foi possível. É compreensível movimentos em que a gente tem que discutir - eles têm idas e vindas -, mas o que quero dizer para vocês é que me dispus a vir aqui, me disponho sempre vir e conversar; de maneira alguma está fechado o diálogo, mas as balizas desse diálogo são institucionais, cada uma das instituições aqui envolvidas tem a sua responsabilidade, os seus interesses, e nós também somos uma voz nessa discussão.

Eu adoraria fazer uma discussão pedagógica, profunda, faremos isso ao longo do tempo, tenho certeza, mas o momento, talvez, não peça isso ainda, porque nós estamos nos acertando, nós estamos separando as coisas, limpando um pouco a área para avançar na discussão. Então, nesse ponto, eu gostaria de mencionar apenas algumas coisas que foram perguntadas e que valem a pena responder. Do ponto de vista

funcional, apenas uma delas. Muitas vezes se mencionou e se menciona na mídia e etc. a palavra “folga”. Eu nunca mencionei a palavra “folga”, e nunca vou mencionar a palavra “folga”. A razão para isso é a seguinte: o professor – vamos usar sempre o professor de 20 horas – tem contratado 20 horas com essa rede e ele pode compensar 2 horas, porque ele trabalha mais 4 dias, num dia da semana. Compensando 2 horas, sobram 2 horas e meia. Ele tem duas horas de planejamento em casa, então essas 2 horas também estão justificadas. Mas essas 2 horas e mais meia hora que não foi compensada, e nem está prevista no planejamento, são horas contratadas por este Município. Então, o professor não está de folga nesse dia em que está fazendo a compensação das 2 horas que ele trabalhou 2 horas, não há folga. Por isso, o professor não tem folga. Não posso entender a folga. Ele tem essas horas contratadas pelo Município, são 2 horas e meia, ele tem que dar conta dessas horas. Então, não há folga. Por isso, eu disse que não há, assim respondo uma das perguntas que foram feitas.

Gostaria de terminar dizendo que, como professor, sei o quanto o professor é avesso a algum tipo de intervenção na sua rotina e etc. Então, temos que conversar nesse ponto, de igual para igual, mas sabendo que há atores e esses atores têm a sua voz. Acho que falamos pouco das nossas crianças. Eu queria dizer uma coisa a vocês: a mim me espanta, a mim me estranha e a mim me indigna que a gente diga que nós temos que humanizar as nossas crianças. Eu queria perguntar a vocês se acham que Gabriely não é humana? Olhem para Gabriely, por favor, e me digam se ela é humana, Ver. Alex. Nós devemos humanizar as nossas crianças? É isso que nós devemos fazer? Nós estamos lidando com quem? Não estamos lidando com material humano? Não é isso que nós estamos fazendo? Com quem nós estamos lidando? Se nós não armamos os nossos alunos, eu pergunto o que é que nós estamos fazendo com a nossa profissão?

Eu queria terminar dizendo o seguinte: repudio que se culpem os alunos pelo resultado que nós entregamos a eles. Eu acho que nós não podemos culpar os alunos. Não acho que nós devemos culpar professores, eu não acho isso. Mas eu quero dizer que nós temos que falar mais nos nossos alunos. Nós temos que falar mais nos nossos alunos e nós temos que prometer a eles um futuro. Onde que nós queremos chegar? Nós queremos entregar para os alunos 80% de proficiência. E eu não falei de gincana de IDEB, nada disso, de proficiência, para que esses alunos tenham um futuro. Eu rogo a vocês que todos façam a discussão nas escolas em cima dos nossos alunos, a fala sobre a humanização não foi de professores, foi a fala de um Vereador, eu acho que não é por aí. E eu tenho certeza de que nós podemos e devemos garantir o início desse período letivo conversando nessas duas frentes para as quais, insisto, estamos perfeitamente abertos, mas com um ator que tenha fala, e um ator que se preocupa com a Gabriely, que é gente, e gente aprende com gente. Muito obrigado a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 19h05min.)

* * * * *